

# Educação nos terreiros

*E como a escola se relaciona com crianças que praticam o candomblé*

*Àgbà-Ìjénà/Àpá k'ómo re i wá<sup>1</sup>  
(Senhor, guardião do caminho, prodigalidade traz para seus filhos).*

## 1 – Introdução

Noite de terça-feira, 13 de outubro de 1992. Chego com a equipe de reportagem do jornal O DIA, onde trabalhava como repórter, ao Centro Espírita Ilê Omo Oya Leji, em Mesquita, na Baixada Fluminense. A pauta da reportagem era mapear os terreiros de candomblé da região. Cruzei o quintal do terreiro, e cheguei ao barracão onde acontecia uma festa. Os filhos e filhas-de-santo cantavam e dançavam, as saias rodadas coloriam o ambiente, os colares de lindas contas logo me chamaram a atenção, o som dos atabaques quase me fazia dançar e uma cantiga que marcava o início de uma festa de candomblé enchia o ambiente:

Ògún wá jó (Ògún vem dançar)  
E màriwò (Com o màriwò)  
Àkòró wá jó (título de Ògún)  
E màriwó (Com o màriwó)  
Ògún pa lépa' na(n) (Ògún limpa os caminhos)  
Ògún wá jó (Ele vem dançar)  
E màriwó (Com o màriwò)  
E máa tu eiye (Fazendo o sacrifício com o pássaro!)  
A wá siré Ògun o (Vamos à festa de Ògún)  
E rù jòjò (Levando nossas roupas finas).<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Escolhi algumas frases em Yorubá (Santos, 1993) para abertura de alguns temas.

<sup>2</sup> Tradução de um dos cânticos do terreiro. In: Beniste, José, 2002, p. 129.

Comecei a anotar, conversei com algumas pessoas até que meu olhar chegou ao fundo do barracão. Sentado em uma almofada, com a chupeta escondida atrás das costas, de camiseta branca, um colar de Xangô<sup>3</sup> no pescoço e batendo um atabaque estava o menino Ricardo Nery, então com quatro anos, ogan<sup>4</sup> do terreiro de Mãe Palmira, sua avó. E foi o próprio Ricardo, tímido, mas muito sério quem começou a me explicar o que era um ogan. “*Eu toco para o orixá*”. Perguntei como tinha aprendido. “*Aprendi olhando*”, disse-me ele. A surpresa foi grande, afinal, não passava pela minha cabeça que crianças pudessem desempenhar funções consideradas de adultos em terreiros. Obviamente, a pauta de minha reportagem mudou. Alguns dias depois, o jornal publicou página inteira com o seguinte título: “Os netos de santo”.

Digo isso nessa apresentação porque quero partilhar o primeiro momento em que olhei o que ainda não era, mas que ao longo de 13 anos foi se tornando o objeto de minha pesquisa. Em geral, quando lemos uma tese de doutorado ou dissertação de mestrado, temos a impressão que seu autor ou autora tinha, desde o início, o objeto pronto, a metodologia definida, a bibliografia arrumada. Sabemos que não é assim e do quanto custa chegar a sistematizações como essa que apresento agora.

## 1.2 - Para não mutilar a pesquisa

Apesar de saber, continuamos mutilando nossas pesquisas pelo menos de duas formas. A primeira mutilação que fazemos é quando nos livramos do *processo* e apresentamos apenas o *resultado*. E mais, apresentamos esse resultado como se ele sempre fizesse parte de uma questão teórica pronta, arrumada e amalgamada em nossas cabeças. Cometemos essa primeira mutilação talvez porque, do ponto de vista acadêmico, pareça mais positivo apresentar o percurso trilhado sem os tropeções, as confusões, sem a hipótese

---

<sup>3</sup> Orixá do trovão e da justiça. [Sàngó – em iorubá]. ( Prandi, 2003, p.570).

<sup>4</sup> Também grafado como Ogã. Na África, alguém que ocupa cargo superior, mestre; no Brasil, cargo sacerdotal masculino do candomblé, incluindo o tocador, o sacrificador e homens de prestígio ligados afetivamente aos grupos de culto. (Prandi,2003, p. 568).

relativizada, abandonada e outra ‘hipótese quem sabe reconstruída, sem os atalhos equivocados pelos quais enveredamos, sem os momentos em que nos perdemos e não sabemos por onde ir, sem as boas ou más surpresas vindas do campo pesquisado, sem a nossa vida cotidiana interferindo na pesquisa e sendo modificada por ela.

Em “Introdução a uma sociologia reflexiva” (1974), Bourdieu nos adverte dizendo que o *homo academicus* gosta do acabado e, a exemplo dos pintores acadêmicos, faz desaparecer dos seus trabalhos qualquer vestígio da pincelada, os toques e retoques. No mesmo texto se revela chocado ao descobrir que pintores como Couture (mestre de Manet) tinham estragado obras julgando dar-lhes os últimos retoques, exigidos pela moral do trabalho bem feito, bem acabado, de que a estética acadêmica era a expressão.

Cometemos a segunda mutilação porque continuamos lendo Bourdieu, mas ignorando suas orientações. No mesmo texto anteriormente citado, nosso autor assinala: “*Com efeito, as opções técnicas mais “empíricas” são inseparáveis das opções mais “teóricas” de construção do objeto.*” (Bourdieu, 2000, p.24).

Na maioria de nossos textos, nos dizemos conscientes do equívoco dessa distinção, mas apresentamos uma parte teórica esquartejada da parte empírica de nossa pesquisa. Assim, procurei construir este trabalho sem mutilar teoria e metodologia por concordar absolutamente com Bourdieu. Da mesma maneira, tento não separar *resultado* de *processo* para não dar conta apenas de um *porquê* iniciei a pesquisa e de um *o quê* encontrei sem apresentar ao longo desse texto, um *como* ele vem sendo construído e, da mesma forma, de *como*, ao construí-lo, venho me transformando junto com ele. Nunca me fez tanto sentido a frase de Guimarães Rosa: “*O real não se dispõe no começo ou no final, mas no meio da travessia*”.

O DIA

# Grande Rio

RIO DE JANEIRO, domingo, 25 de outubro de 1992



As aventuras dos criadores de pássaros de pássaros  
Página 6

## Os netos-de-santo

### Crianças começam a trabalhar nos terreiros de candomblé da Baixada

Y SÍLA GUEDES

Os netos-de-santo são as crianças que, desde cedo, são iniciadas nos rituais de candomblé. Elas começam a trabalhar nos terreiros de candomblé da Baixada, em uma idade cada vez mais precoce.

A criança que começa a trabalhar em um terreiro de candomblé antes dos 10 anos de idade é considerada uma criança de santo. Ela começa a trabalhar no terreiro de candomblé da Baixada, em uma idade cada vez mais precoce.

Em 1992, há cerca de 100 terreiros de candomblé na Baixada Fluminense. As crianças de santo são iniciadas nos rituais de candomblé desde cedo, muitas vezes antes dos 10 anos de idade.

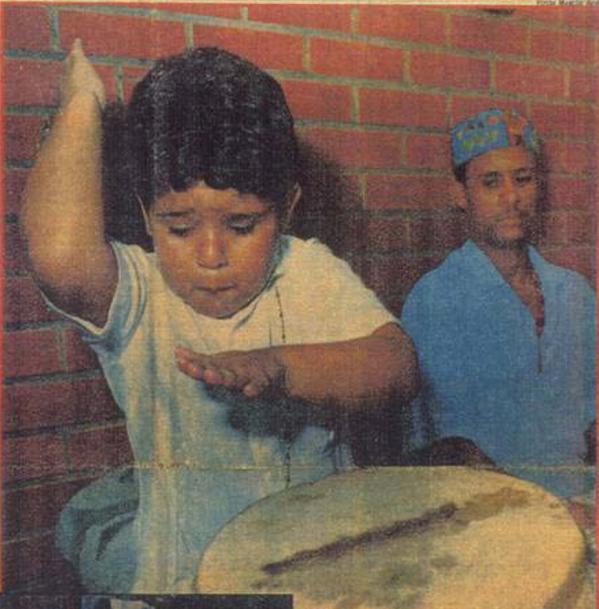


Foto: Maria José

## Ninguém é melhor do que Ricardo

A expressão é óbvia, ele se conhece e não aceita brincadeiras. No terreiro de candomblé, Ricardo é conhecido por ser o melhor.

Pais e avós, Ricardo sempre foi o melhor. Ele começou a trabalhar no terreiro de candomblé desde cedo, e sempre foi considerado o melhor.

Criado desde que nasceu no terreiro, Ricardo é conhecido por ser o melhor. Ele começou a trabalhar no terreiro de candomblé desde cedo.

Na escola onde faz o maternal, Ricardo é considerado pelo professor. Ele sempre foi o melhor em tudo que fazia.



Tayana foi prometida para Oxum. Paula de Xangô começa sua iniciação aos 2 anos

## Pais e filhos, 'ogãs' e 'ekedes'

No terreiro de Oxum, em São João de Meriti, as crianças de santo são iniciadas nos rituais de candomblé desde cedo.

Os rituais são feitos em um terreiro de candomblé. As crianças de santo são iniciadas nos rituais de candomblé desde cedo.

Os rituais são feitos em um terreiro de candomblé. As crianças de santo são iniciadas nos rituais de candomblé desde cedo.

Ricardo tem a responsabilidade de convocar os rituais. Aos 4 anos, é respeitado por todos da Baixada.



A família de Neide (E) se dedica ao Ilê Omolun Oxum

## Do ventre para os terreiros

Muitas crianças são 'prometidas' aos rituais de candomblé desde cedo, muitas vezes antes dos 10 anos de idade.

Os rituais são feitos em um terreiro de candomblé. As crianças de santo são iniciadas nos rituais de candomblé desde cedo.

## Opiniões sobre a iniciação

Nem todos os rituais de candomblé são feitos desde cedo. Alguns são feitos apenas para as crianças de santo.

Os rituais são feitos em um terreiro de candomblé. As crianças de santo são iniciadas nos rituais de candomblé desde cedo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114346/CA

### 1.3 - Construindo a questão

#### *Da reportagem ao problema*

Não pratico nenhuma religião, ou melhor, não acredito em Deus. Aliás, preciso dizer que sou marxista e foi como atéia e marxista que, ao chegar ao terreiro pela primeira vez, em 1992, senti que não nutria grandes simpatias para com o candomblé. E mais: para falar a verdade, no fundo rejeitava a idéia de que crianças devessem ser iniciadas. Falo isso de mim para que se saiba que aqui vai inventariado o que levantei no campo pesquisado, mas que também eu faço parte desse inventário.

Apesar de minha opinião, na época, busquei fazer um texto (se é que se pode dizer) “isento”, ouvindo crianças, pais e mães, ouvindo também posições favoráveis e contrárias à iniciação infantil. Consultei ainda um especialista e estive na escola de Ricardo para falar com sua professora e saber se o fato dele ser ogan prejudicava seus estudos. “*Não atrapalha não, pelo contrário, ele é meu aluno mais esperto e está sempre atento para novos ensinamentos*”, disse-me Patrícia Sobral, professora da Escola Cantinho Feliz, em Mesquita, onde Ricardo fazia o maternal.

A matéria teve excelente repercussão junto aos terreiros da região e dei por encerrado o assunto. O fato, porém é que volta e meia eu olhava as fotos de Ricardo e via suas mãos pequenas e gorduchas batendo com uma incrível energia o *hun* (o maior atabaque do terreiro feito de madeira e couro de cabrito e um dos mais difíceis de ser tocado). Olhava também as fotos de Michele dos Santos<sup>5</sup>, entregue por sua mãe a Oxum<sup>6</sup> ainda no ventre e Paula dos Santos, iniciada aos dois anos e, desde então, Paulinha de Xangô.

---

<sup>5</sup> Michele tinha 2 anos na época da matéria publicada. Este nome é fictício porque Michele hoje tem 15 anos, e, na escola, não assume que é do candomblé. Ela e a irmã escolheram os próprios nomes com os quais gostariam de ser identificadas nesta pesquisa.

<sup>6</sup> Orixá do rio, deusa das águas doces, do ouro, da beleza e da vaidade; uma das esposas de Xangô (PRANDI, 2003, p.570).

Tuahir, personagem do livro “Terra Sonâmbula”, ensinou: “*O que já está queimado não volta a arder*”<sup>7</sup>. Disse que dera por encerrado o assunto, mas o candomblé ainda não queimara de todo em mim e me deitava suas vivas brasas. Por isso, as crianças, as canções, a dança, os cheiros, o batuque do terreiro voltavam sempre a arder e continuavam em minha cabeça assim como ainda me ardia Bourdieu:

Os jornalistas, submetidos às exigências que as pressões ou as censuras de poderes internos e externos fazem pesar sobre eles, e, sobretudo a concorrência, portanto a urgência, que jamais favoreceu a reflexão, propõem muitas vezes, sobre os problemas mais candentes, descrições e análises apressadas, e amiúde imprudentes. (Bourdieu, 1977, p. 733).

Não queria nem a urgência muito menos a imprudência. Queria voltar ao terreiro, mas não sabia bem o que buscar. Lembro que já na época da matéria, notando meu total desconhecimento sobre a religião, Mãe Palmira, a Yalorixá<sup>8</sup> do terreiro em questão me disse: “*Minha filha, vai ler Os Nagôs e a Morte, de Juana Elbein dos Santos e aí a gente volta a conversar*”. Quatro anos e alguns livros sobre candomblé depois, em 1996, já no mestrado em educação na PUC-RJ, cursei a disciplina “*Cotidiano Escolar: questões de raça, gênero e violência*”.

Em contato com autores como Hall, Canen, Candau, McLaren e outros, discutíamos a proposta multicultural em educação como perspectiva de incorporação da diversidade cultural no ambiente pedagógico. Senti-me estimulada então, a voltar ao Ilê Omo Oyá Leji e tentar estabelecer uma ponte de estudos entre as crianças que lá conheci e a escola. Voltei ao terreiro e reencontrei Ricardo (então com 8 anos), Paula Esteves Chagas (com 9 anos) e conheci os irmãos Jailson dos Santos (com 12 anos) e Joyce Eloi dos Santos (com 13 anos). Tentava não levar comigo a urgência nem a imprudência, mas levava muita ignorância que essa, sabemos, não desprega facilmente do espírito.

<sup>7</sup> COUTO, Mia, Terra Sonâmbula, Companhia das Letras, 1993, p.10

<sup>8</sup> Autoridade máxima de um terreiro (quando se trata de uma mulher) e dirigente do culto no candomblé. Também chamada Mãe de Santo. (Berkenbrock, 1998, p. 442).



Ricardo Nery, em 1992, na escola “Cantinho Feliz”, onde estudava. Ali não houve problemas, mas pouco tempo depois, uma explicadora particular o chamaria de filho do Diabo.

## 1.4 – Primeiras notícias do preconceito

Mais uma vez fotografei e entrevistei as crianças, bem como pais e professores de alguns deles. As crianças que encontrei estavam menos tímidas do que em nossas primeiras conversas para a reportagem. As entrevistas com Ricardo e Paula revelaram muito mais de suas funções no terreiro. O contato com Jailson me mostrou outra função muito importante no candomblé: ele é omoisan. Foi o próprio Jailson quem me explicou: “*Eu cuido dos espíritos dos mortos quando eles estão nas festas dos vivos*”. Mais maduras e ainda sob o impacto de um lamentável episódio, as crianças também puderam falar do que já identificavam: o preconceito que sofriam. E que episódio foi esse?

Poucos sabem, mas, jornalistas e fotógrafos são uns despertencidos. Texto e fotos pertencem ao jornal. No caso do jornal “O Dia”, pertencem à “Agência O Dia”. Não importa ao dono do jornal que o jornalista e o fotógrafo tenham sido extremamente éticos para conseguir a confiança de suas fontes. Qualquer pessoa pode comprar essas fotos e usá-las para qualquer fim. Foi o que aconteceu em 1993, quando a Editora Gráfica Universal, do Grupo Universal do Reino de Deus, comprou as fotos da matéria que fiz para “O Dia” e publicou no Jornal Folha Universal matéria com o título “*Filhos do Demônio*”.<sup>9</sup> Milhares de jornais com as fotos de Ricardo, Paula e Tauana foram espalhados pela Baixada Fluminense e outras regiões do estado do Rio. Três anos depois, a mesma editora lança a 13ª edição (1996) do livro “*Orixás, Caboclos e Guias – Deuses ou Demônios?*”, escrito pelo bispo Edir Macedo. Na tiragem de 50 mil exemplares, outra vez a reprodução

---

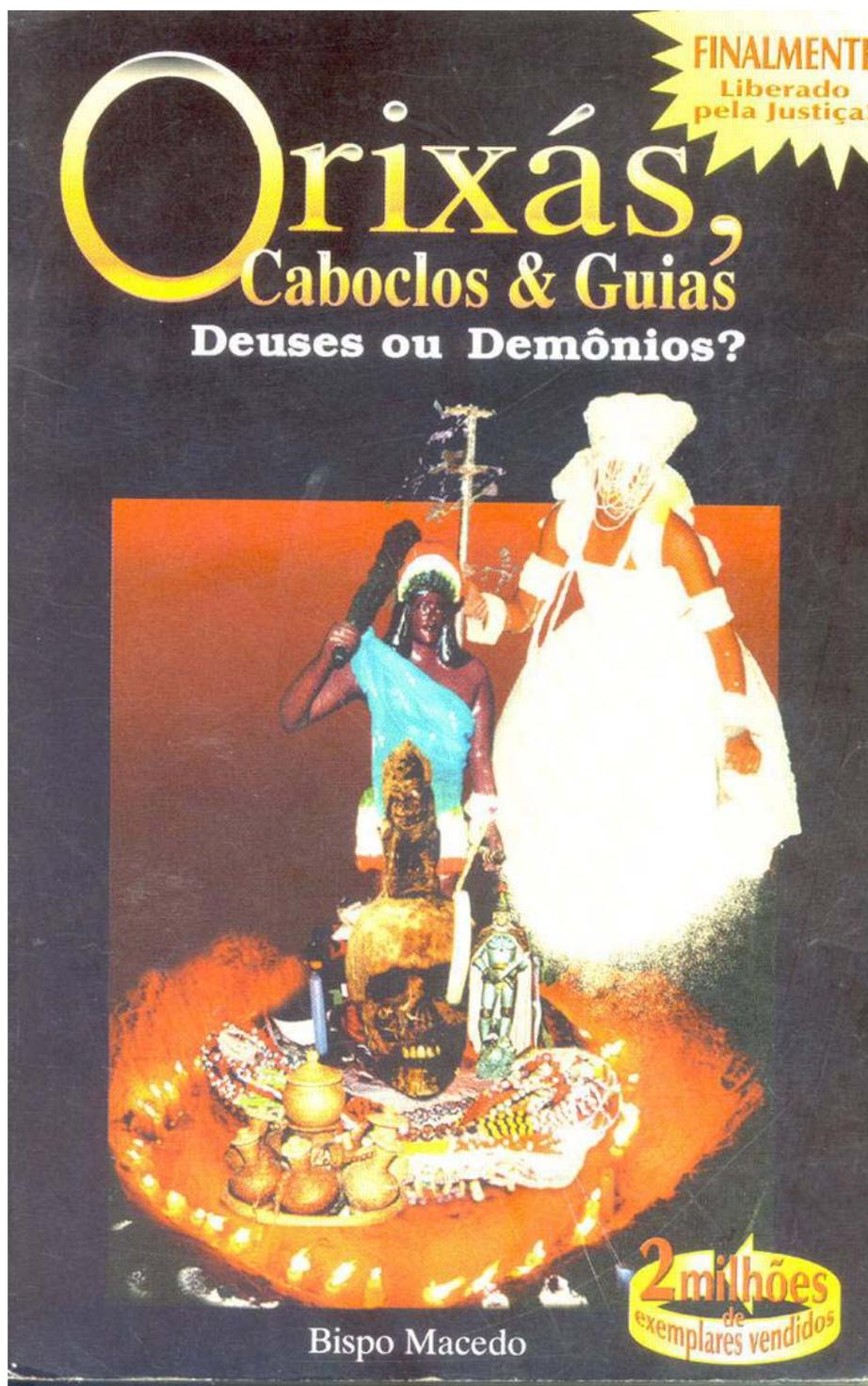
<sup>9</sup> Esse episódio levanta uma questão ética que deveria ser enfrentada seriamente pela comunidade jornalística. As fotos e entrevistas em uma reportagem fazem parte de toda uma relação de confiança conquistada e estabelecida pelo jornalista e pelo fotógrafo. Nesse caso especificamente, tanto a Mãe de Santo, Palmira Ferreira Navarro, avó de Ricardo, como as outras mães de meninos e meninas que entrevistei confiaram em mim porque expliquei exatamente as intenções de meu trabalho e cumpri absolutamente todos os acordos firmados. Para mim, deveria se configurar como crime o fato de uma agência de notícias vender as fotos conseguidas eticamente para fins tão diferentes das circunstâncias em que as fotos foram geradas. Não houve, em função desse lamentável ocorrido, nenhum constrangimento à minha presença no campo devido, justamente, à relação de confiança e transparência estabelecida durante todo esse tempo.

das fotos da reportagem que fiz: Paula e Ricardo aparecem agora sob a seguinte legenda: “*Essas crianças, por terem sido envolvidas com os orixás, certamente não terão boas notas na escola e serão filhos problemas na adolescência*”. Durante as entrevistas realizadas em 96, Paula afirmou que se sentiu bastante discriminada com a publicação tanto do jornal como do livro. “*Me chamaram de macumbeira e diziam que eu vivia em religião do demônio*”, disse. Ricardo também contou que se sentiu discriminado, principalmente depois da publicação do livro. “*Depois do livro parece que todo mundo que me via sentia raiva por causa da minha religião*. Ricardo disse ainda que não sua professora da escola formal, mas uma explicadora de quem tinha aulas de reforço o chamou de “filho do Diabo”. “*Ela disse que minha religião é coisa do Diabo e, por isso, eu era filho do demônio*”, lamentou-se.

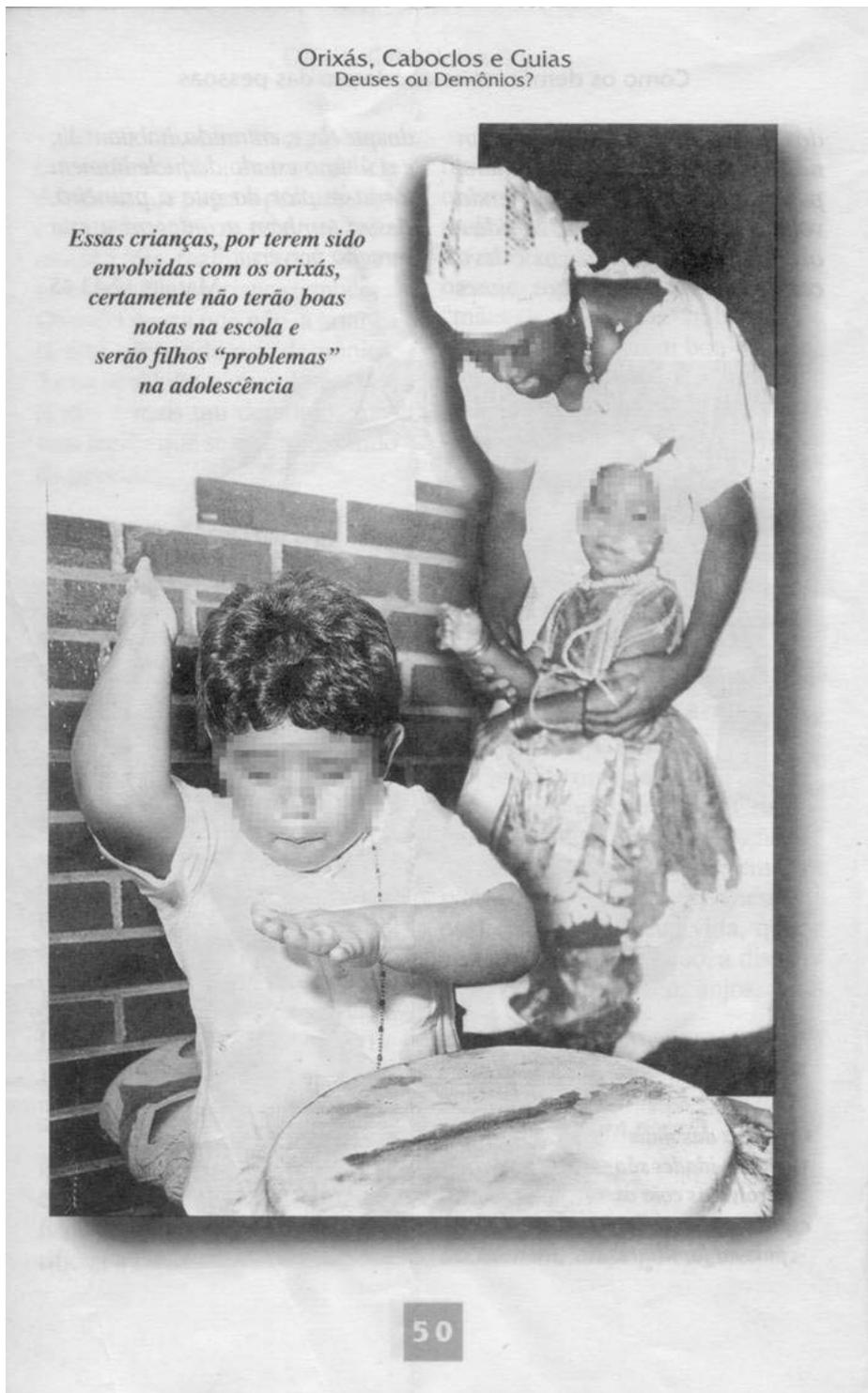
A primeira entrevista com Joyce dos Santos encerrou estes que foram os primeiros depoimentos que apontavam o preconceito. “*Quando vou para a escola sempre uso camisas de mangas para que cubram as curas*<sup>10</sup>. *Muitos professores e colegas me chamam de macumbeira e eu não gosto*”, revelou. Conclui a disciplina apresentando um trabalho sobre essa minha segunda observação. Foi nessa época, auxiliada pelas conversas com Mãe Palmira e com as crianças que comecei a construir a primeira questão de minha tese: O que se aprende no terreiro? Como as crianças vivenciam esse espaço? Como são socializadas nele? Que funções desempenham? Nascia assim a principal questão desse trabalho de doutorado: *A educação nos terreiros*. Por outro lado, motivada pela discussão sobre multiculturalismo e educação realizada no mestrado, me interessava também saber se na escola, existe espaço para que essas crianças partilhem a cultura experienciada nos terreiros. Assim, como segunda questão, a tese que apresento se propõe verificar *como a escola se relaciona com crianças e adolescentes que freqüentam o candomblé*.

---

<sup>10</sup> CURA: cada um dos pequenos cortes rituais feitos na cabeça e em outras partes do iniciado nos candomblés. Provavelmente de *nkula*, entre os *Ndembu* de Luanda, culto de fecundidade associado ao sangue. (Verbete em: Lopes, Nei, “Novo Dicionário Banto do Brasil”, 2003, p. 87. É preciso ressaltar que nem todas as casas de santo fazem esses cortes em seus iniciados. No terreiro de Mãe Palmira, por exemplo, esse tipo de ritual não é praticado. Joyce foi iniciada em outra casa de santo. Hoje em dia, quase nenhum terreiro faz as curas para evitar o uso coletivo da navalha e a transmissão de eventuais doenças.



Capa do livro “Orixás, Caboclos e Guias – Deuses ou Demônios”, escrito pelo Bispo Macedo e publicado pela Editora Gráfica Universal. A 13ª edição saiu em 1996 com 50 mil exemplares. Ao todo (e a capa comemora isso), foram 2 milhões de exemplares vendidos.



Na página 50 do livro “Orixás Caboclos e Guias – Deuses ou Demônios”, escrito pelo Bispo Macedo, aparecem Paula Esteves e Ricardo Nery de forma depreciativa: “Essas crianças, por terem se envolvido com os orixás, certamente não terão boas notas na escola e serão filhos “problemas” na adolescência”.

## 1.5 – Falando da travessia no terreiro e na escola

Desde o retorno ao terreiro em 1996, ainda no mestrado, freqüentei o Ilê Omo Oya Leji, um imenso real a ser investigado que passou a ser meu principal campo de pesquisa. As visitas, antes esporádicas, se tornaram bem mais constantes ao longo dos anos do doutorado. Consulto meu caderno de campo e verifico: “5 de abril de 1999 – Como olhar tudo isso? O que e como procurar?” Eram meus primeiros questionamentos a respeito de como construir meu objeto que sabia, não estava pronto.

Pensei inicialmente que, para Bourdieu, (1997, p.34), construir um objeto científico é, antes de mais e, sobretudo, romper com o senso comum, mas sabemos que isso não é fácil. Bourdieu, contudo, nos dá algumas pistas. Uma delas encontramos em “O espaço dos pontos de vista”, texto de abertura de seu “A miséria do mundo”, onde este autor afirma que para compreender o que acontece em lugares como conjuntos habitacionais, por exemplo, e com as diferentes pessoas que ali habitam, “*não basta dar razão de cada um dos pontos de vista tomados separadamente. É necessário também confrontá-los*”, (Bourdieu, 1997, p.11). Já em “Compreender”, texto final do mesmo livro, Bourdieu fala em “olhar distraído e banalizante” e opõe a este, um “olho sociológico”, necessário, de acordo com ele, para superação do lugar-comum em pesquisa.

Apesar de todas essas orientações, no começo da pesquisa eu ainda não sabia como ver. Quem escreve uma tese, no entanto, sabe que nosso orientador ou orientadora não nos deixa esquecer a importância e necessidade do *recorte*, conceito que pode bem ser ilustrado com o depoimento do cineasta alemão Wim Wenders no documentário brasileiro de João Jardim “Janela da Alma” (2001).

Com os óculos acho que você fica mais consciente do enquadramento. Quando tinha 30 anos, tentei usar lentes de contato, mas mesmo quando as usava procurava meus óculos, porque apesar de enxergar bem sem os óculos, sentia falta do enquadramento. Acho que a visão é mais seletiva, temos mais consciência do que vemos de fato. Sem os óculos

tenho a impressão de ver demais. E não quero ver tanto, quero ver de forma mais contida. (Wenders, 2001).

Pude assim pensar com Wenders que o olhar do pesquisador “enquadra” a realidade, ou seja, recorta do imenso real disponível um real menor sobre o qual se pode olhar mais detidamente. O terreiro me oferecia um imenso e rico real, mas, recortei e detive minhas observações conversando, entrevistando e fotografando especialmente as crianças. Mais especificamente ainda, Ricardo Nery e Paula Esteves, obviamente relacionando-os à realidade maior da comunidade terreiro. Concentro o foco de minha pesquisa um pouco mais nessas duas crianças (hoje adolescentes) porque foi com elas que mais conversei, já em 1992, na época da pesquisa. Para mim, importou verificar a trajetória religiosa de ambos ao longo desses anos. Michele dos Santos também foi destacada naquela reportagem, mas perdi o contato com ela e só a reencontrei em 2004, reincorporando-a a este trabalho. Entrevistei ainda os responsáveis por essas e outras crianças que fazem parte da pesquisa.

### **1.6 - Mudando a estratégia para a escola**

Construído o recorte para a pesquisa realizada no terreiro, me voltei para a escola. O que recortar e como recortar desse outro imenso real? Inicialmente, a estratégia imaginada baseava-se em observar a escola de Ricardo Nery e Paula Esteves. Contudo, a repercussão das publicações da Igreja Universal já havia prejudicado bastante as crianças. Discutindo com Mãe Palmira sobre sua opinião a respeito da realização de observação direta na escola tanto de Paula como Ricardo, ela me disse que achava melhor não fazer para que as crianças não fossem expostas ainda mais.

A dúvida agora era: de que outra forma poderia abordar a escola e preservar as crianças observadas? A opção foi construída em função da Lei 3459/00, do ex-deputado Carlos Dias (PP-RJ), a polêmica lei que instituiu o ensino religioso confessional nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro. Pela lei, sancionada em 14 de setembro de 2000 pelo então governador Anthony Garotinho, as aulas de religião ficam divididas por credo, são facultativas e

incorporam o currículo normal das escolas públicas, desde a educação infantil até o ensino médio. Em janeiro de 2004, foi realizado concurso público para contratação de 500 professores de religião confessional que se somarão aos 364 professores que já davam aulas de religião na rede pública, desviados de outras disciplinas.

Optei então por realizar 12 entrevistas (entre novos e antigos professores de religião) para saber como estes organizam suas aulas, que conteúdos abordam e como se relacionam com alunos de candomblé. Neste grupo de 12 professores também está a Coordenadora de Ensino Religioso do Estado. Adotei ainda uma segunda estratégia. Como disse anteriormente, havia perdido o contato com Michele dos Santos, uma das meninas que entrevistei na época da reportagem. Ela havia mudado com sua família da Baixada Fluminense e, com ajuda de Mãe Palmira, consegui localizá-la em sua nova moradia.

Com essa mudança de endereço, Michele ficou afastada da região em que a repercussão negativa das publicações da Igreja Universal era maior. Julguei não haver então, problemas em realizar uma observação mais próxima da escola em que ela estudava. Dona Conceição dos Santos, mãe de Michele, também não viu problema algum e, de agosto de 2004 a abril de 2005, freqüentei a escola estadual onde Michele estuda<sup>11</sup>. Realizei entrevistas com três das quatro professoras de ensino religioso dessa escola<sup>12</sup>, bem como com sua diretora e também com a diretora adjunta do turno da tarde (todas essas incluídas no grupo de 12 entrevistas). Durante as entrevistas observei a escola e também participei de algumas de suas atividades<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> No final dessa pesquisa, Michele já não estudava mais nessa escola.

<sup>12</sup> A maioria dos professores com os quais realizei as entrevistas foi indicada pela Secretaria de Educação do Estado. Por coincidência, uma dessas professoras lecionava na escola de Michele. O nome da escola será preservado através de um nome fictício.

<sup>13</sup> Ver capítulo 5 dessa pesquisa.

## 1.7 – Dos fios-de-contas e das hipóteses

Redigo: a pesquisa que partilho com vocês teve dois objetivos: O primeiro foi observar as práticas culturais de crianças e adolescentes que freqüentam terreiros de candomblé e formas de socialização dessas crianças no terreiro. O segundo foi ouvir a escola para saber como a escola se relaciona com essas crianças. Diz-se das teses de doutorado que estas precisam ter uma hipótese.

Do grego *hupóthesis*, “ação de por embaixo, o que se põe por baixo, base, fundamento ou princípio de algo”, hipótese, explica Houaiss, é a suposição, conjectura, pela qual a imaginação antecipa o conhecimento, com o fim de explicar ou prever a possível realização de um fato e deduzir-lhes as conseqüências e ainda, pressuposição ou presunção.<sup>14</sup>

Para mim ficou assim: hipótese é uma construção que fazemos através de alguns pressupostos inicialmente recolhidos que apresentamos para identificar que fio político conduzirá nossos pensamentos. Hipótese é o que nos identifica e diz a que lugar pertencemos e por onde seguiremos. Hipótese é um fio-de-contas.

*Conta*, segundo Lody, é uma designação geral para tudo que é processado por enfiamento com a finalidade de ser um fio-de-contas e *fio* é a designação geral para os colares litúrgicos. (Lody, 2001, p.63). O fio-de-conta é um sinal, um emblema pessoal e particular que identifica aquele que o está usando. Pelo tipo e pela cor sabemos para que orixá uma pessoa se vestiu. Pode ser para o orixá de sua cabeça ou para outro orixá. De acordo com Lody, os fios-de-conta enquanto objetos idealmente concluídos, independentes dos tipos, poderão passar por modificações formais, geralmente acréscimos que ocorrem no processo iniciático que é, por sua vez, permanente. (*ibidem*). Um conjunto muito variado de novos elementos seja contas específicas, fitas, figas, símbolos dos orixás pode ser incorporados ao fio para, diz Lody, a nova sinalização do indivíduo em suas relações sociais e religiosas. Além disso, os fios poderão ser distribuídos para indivíduos de um mesmo terreiro ou de uma mesma família-de-santo.

---

<sup>14</sup> Verbete, dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2004, Objetiva, p. 1540

Assim, algumas contas serão reaproveitadas para brincos, pulseiras, ou então serão reincluídas em outros fios-de-contas. Há um circuito simbólico do princípio de unidade que é mantido com objetos convencionalmente sacralizados e que tenham laços e relações intermembros do terreiro. Certamente, nesse caso a conta é uma relíquia de um indivíduo, do seu santo, da sua Nação, ou do terreiro – vínculos estabelecidos pelos materiais e principalmente pelo código cromático manifestado intencionalmente nos próprios fios-de-contas. Além das marcas intencionais e cíclicas que fazem a dinâmica visual e simbólica dos fios-de-contas, outras serão efêmeras, contudo incluídas nos mesmos princípios de ampliação do ideal sagrado pelos materiais. (op.cit, p. 64).

Contas não são enfiadas de qualquer jeito. Há que se ter cuidados especiais para fazê-las seja para uso próprio ou para outro membro do terreiro. De acordo com Lody, é fundamental dominar o código cromático e simbólico da Nação, dos tipos de fios-de-contas e funções religiosas e hierárquicas, constituindo etapa do aprendizado iniciático que ocorre na reclusão do *roncó*<sup>15</sup>.

Algumas hipóteses são tão sagradas para o pesquisador que podem coagular seu olhar. As contas de candomblé também se tornam sagradas ao serem lavadas e preparadas em diferentes tipos de rituais. Mas esse sagrado, diz Lody, deve ser freqüentemente renovado tomando-se por referência o sagrado original, o sagrado-matriz, relacionado-o aos fios-de-contas, assentamentos<sup>16</sup>, ferramentas-de-santo, entre outros símbolos do corpo, do santuário, da natureza, espaços no terreiro, todos comuns nos planos dos homens e dos deuses. É isso que, segundo Lody, ajuda a despertar o axé individual, a energia, a essência, a força do iniciado.

O fio-de-conta que uso nesse momento diz de mim e do tema que investigo o seguinte: nas comunidades de terreiros existem inúmeras crianças e adolescentes. Elas ou pertencem à família do pai ou mãe-de-santo ou estão ligadas aos filhos e filhas-de-santo dos terreiros. Assim como os adultos, essas crianças são iniciadas no candomblé, desempenham funções específicas, recebem cargos na hierarquia dos terreiros e manifestam orgulho de sua religião. Na escola, porém, essas crianças e adolescentes são invisibilizadas e silenciadas.

<sup>15</sup>Quarto onde o (a) iaô ficará recolhido.

<sup>16</sup>Conjunto de objetos destinado a adoração do orixá.

**Com a aprovação da lei de ensino religioso a situação se agravou mais ainda. A invisibilidade e o silêncio que submetem essas crianças e adolescentes aumentaram.**

Essa é minha *hipótese-fio-de-conta*. Marca-me e me conduz, mas será lavada, renovada, redistribuída com cada elemento novo que for a ela acrescentado, subtraído, modificado. Assim renovarei seu sagrado e seu sentido. Veremos que fio-de-conta estarei usando ao final.



Enfiamento de conta no terreiro de Mãe Beata

## 1.8 - E por que o candomblé?

A escolha do candomblé como enfoque principal deste trabalho não significa que este estudo desvalorize as outras religiões afro-brasileiras perante o candomblé. O terreiro a que cheguei, em 1992, com o único propósito de realizar uma reportagem é um terreiro de candomblé. Desde então, minha afeição por esta casa, a amizade com sua mãe-de-santo, com outros filhos e filhas-de-santo deste terreiro e a curiosidade sobre esta religião aumentaram. Existe sobre o candomblé um maior volume de material escrito e de estudos do que sobre qualquer outra religião afro-brasileira, o que também contribui.

## 1.9 - Sobre uma pescadora fotográfica

### *E sobre uma questão ética*

Já na capa dessa pesquisa e em algumas das páginas de seu corpo até aqui, fica evidente que trabalho com fotografia. Essas e as que virão mostram que, através da fotografia, lancei várias vezes uma espécie de rede luminosa aos mares e aos rios. Como pescadora fotográfica trouxe rostos de crianças e adolescentes ampliados, com seus gestos, risos, olhares, roupas e paramentos religiosos. Lancei minha rede luminosa na vã esperança de fixar o que tentava pescar. Não fixei, não se deixaram fixar. Todos ainda se movimentam no espaço fotográfico com sua ilusão estática.

Contudo, de alguma forma os trago e os exponho. Deixo suas fotos na margem e na margem ficam expostos. Temos na margem então, uma questão ética que me foi apontada por várias pessoas que pela margem passaram e sobre as fotos debruçaram olhares. Entre elas e talvez a primeira, a professora Sônia Kramer, do departamento de Educação da Puc-Rio. Preocupada há muito em suas pesquisas, com a exposição tanto de nomes verdadeiros como de imagens de crianças, Kramer discute o problema em “Autoria e Autorização: questões éticas na pesquisa com crianças”.<sup>17</sup> Em seu texto, a autora se pergunta, por exemplo, se os nomes verdadeiros das crianças observadas e entrevistadas

---

<sup>17</sup> Cadernos de Pesquisa, julho, 2002, n.116, p.41-59.

devem ou não ser explicitados na apresentação da pesquisa. No caso de fotografias e vídeos, Kramer indaga se a autorização dada pelos adultos, em geral, seus pais, é suficiente.

Aparentemente, parecia simples responder a cada uma das indagações. No entanto, aspectos polêmicos emergem. Quando trabalhamos com um referencial teórico que concebe a infância como categoria social e entende as crianças como cidadãos, sujeitos da história, pessoas que produzem cultura, a idéia central é a de que as crianças são autoras, mas sabemos que precisam de cuidado e atenção. Elas gostam de aparecer, de ser reconhecidas, mas é correto expô-las? Queremos que a pesquisa dê retorno para a intervenção, porém isso pode ter conseqüências e colocar as crianças em risco. Outras vezes, elas já estão em risco e não denunciar as instituições ou os profissionais pelo sofrimento imposto às crianças nos torna cúmplices! Nesse sentido, as respostas ou decisões do pesquisador podem não ser tão fáceis como pareceria à primeira vista. (Kramer, 2002, p.42).

Mais que discutir a forma como as crianças serão expostas nas pesquisas, Kramer discute o modo como o pesquisador lida com a criança observada e entrevistada. Para a autora, a pesquisa etnográfica fornece estratégias e procedimentos metodológicos, influenciando estudos do cotidiano escolar, da prática pedagógica e das interações entre crianças e adultos. De acordo com Kramer, a infância é hoje um campo temático de natureza interdisciplinar (sociologia, história, antropologia) e essa visão se difunde cada vez mais entre aqueles que pensam a criança, atuam com ela, desenvolvem pesquisa e implementam políticas públicas.

Além disso, diz a autora, a epistemologia das ciências humanas e sua análise crítica das relações entre saber e poder colocam em destaque a centralidade da linguagem para a compreensão da condição e da dimensão humanas. Assim é que Kramer tem se referenciado nas teorias de Benjamin, Baktin e Vygotsky para estudar a sociedade contemporânea e a infância em seus vários aspectos, destacando, porém, o trabalho de Benjamin.

Desvelando o real, subvertendo a aparente ordem natural das coisas, as crianças, para Benjamin, falam não só do seu mundo e da sua ótica; falam também do mundo adulto, da sociedade contemporânea. Imbuir-se desse olhar infantil crítico é aprender com as crianças e não se deixar infantilizar. Conhecer a infância passa a significar uma das possibilidades para que o ser humano continue sendo sujeito crítico da história que o produz. (op. cit., p. 46).

Acompanhando várias dissertações de mestrado, teses de doutorado, além de monografias que apresentavam pesquisas com crianças numa abordagem qualitativa, obviamente na narrativa, surge a necessidade de que os sujeitos aparecessem nomeados. De imediato, diz Kramer, alternativas como usar números, mencionar as crianças pelas iniciais foram rejeitadas, já que essa via negava sua condição de sujeitos, desconsiderava sua identidade e simplesmente apagava quem eram e as relegava a um anonimato incoerente com o referencial teórico que orientava a pesquisa. (id.,p.47).

Por outro lado, como identificar as crianças que estudavam na única escola da região e seus depoimentos traziam muitas críticas à escola, às professoras, às famílias? A avaliação da autora é que nesse caso as crianças passariam a correr riscos. Kramer cita a solução encontrada por alguns pesquisadores. Algebaile (1995) decidiu omitir o nome da escola e tratar as crianças pelo primeiro nome apenas. Em outros contextos o caminho utilizado foi pedir para que as crianças escolhessem nomes com que queriam aparecer na versão oficial do trabalho. No trabalho de Leite (1995), as crianças escolhem heróis ou ídolos (Bruce Lee, Van Damme, Daniele Mercury). Já na pesquisa de Sá Earp (1996), as crianças optaram por nomes de jogadores de futebol famosos na época (Sávio, Romário, Túlio, Ronaldinho). No caso das fotografias de crianças, a pesquisadora interroga:

Quem autoriza a participação, o nome, a gravação? Quem autoriza a utilização de fotografias? Sabemos que é o adulto, e concordamos que é necessário que assim seja, mais uma vez para proteger as crianças, para evitar que suas imagens sejam exploradas, mal-usadas. Mas se a autorização quem dá é o adulto, e não a criança, cabe indagar mais uma vez: ela é sujeito da pesquisa? Autoria se relaciona à autorização, à autoridade e à autonomia. Pergunto: como proteger e ao mesmo tempo garantir autorização? Como resolver esse impasse?" (op. cit, p. 53).

Não há uma resposta absoluta no texto de Kramer. Ele mesmo não se propõe a isso. Há preocupações muito importantes e fundamentais da autora com o uso abusivo, indiscriminado e generalizado de imagens de crianças. Isso diz respeito a todos nós que utilizamos fotografia em pesquisa. "*Estaremos agindo como se a pesquisa tivesse um patamar mais elevado que o cotidiano e não devesse haver regulamentação dessa questão?*", pergunta Kramer que também

sugere: “Para além da dicotomia entre a dimensão jurídica e a censura às imagens contraposta à exposição das crianças e jovens em função da pesquisa, talvez seja preciso definir princípios éticos que ajudem a enfrentar o uso indevido e leviano da imagem em práticas que por vezes parecem movidas pela idéia de que o show deve continuar”. (op.cit., p.54).

### 1.10 – Duas etnografias

Busquei refletir sobre essa questão com Kramer porque, durante todo esse tempo no terreiro, meu olho não buscou ver sozinho. Desde o início olhei com, e pela máquina fotográfica. Na verdade, o trabalho que apresento é constituído de duas etnografias e para ambas, as reflexões de Kramer, apoiadas em Benjamin, estarão comigo. Uma das etnografias fiz escrevendo como se conhece o ato de escrever e outra, escrevi com luz, já que, como explica Barthes, em latim “fotografia” se diria: “*imago lucis opera expressa*”; ou seja: imagem revelada, tirada, espremida por ação da luz. (Barthes, 1984, p.121).

Nesta pesquisa, há fotos que fiz, outras que outros fotógrafos fizeram e algumas que foram cedidas pelas famílias das crianças dos terreiros. Todas autorizadas pelos responsáveis e pelas crianças. Também uso seus nomes verdadeiros e seus nomes na religião. Foi assim que convivemos durante muitos anos. Quando devolver esse trabalho para a escola, as fotos de Michele<sup>18</sup> (já adolescente) e Alessandra, sua irmã, serão retiradas e elas já escolheram e já estão sendo apresentadas com outros nomes (a exemplo das sugestões encontradas do texto de Kramer). Isso porque a escola de Michele foi a única em que estive para observações e entrevistas e ela será facilmente identificada. Parece-me que esse seja o procedimento mais correto já que nem ela nem a irmã assumem na escola que são do candomblé. As fotos na escola (identificada por um nome fictício) foram autorizadas pela diretora. Também estive na escola de Jailson e Joyce, em 1996, eles ainda eram menores e não estudam mais lá. Portanto, não há problema mantê-los no trabalho oficial. O acordo que fiz com

---

<sup>18</sup> Todas essas crianças serão apresentadas detalhadamente mais adiante.

todos eles vai até a defesa e exposição da tese. Qualquer movimento a partir daí terá de ser discutido.

Digo ainda que as fotos que fiz não funcionam como um anexo ao texto principal de minha pesquisa. Justamente por isso, não estão ao final deste trabalho, mas ao longo dele. Também não foram feitas para que tenhamos um espetáculo. Na verdade, elas quase chegam a ser o texto principal de minha tese. Por mais que eu me esforçasse em escrever, há situações que só a fotografia consegue mostrar e fazer ver. Concordo com o fotógrafo Arthur Omar para quem, *“Há coisas que só podem ser vistas e produzidas em situação de ato fotográfico, ou seja, através da existência da câmera”*. (Omar, 1997, p.9). Meu olho nu e sozinho não daria conta de partilhar o que vi ao longo desses anos. Foi com a máquina e através das fotos que, espero, tenha trazido eticamente, algo do processo.

Também não sei fazer diferente. De tanto escrever fotografando e fotografar escrevendo, em mim já não se separam mais o olhar do fotógrafo e do pesquisador. Sei que tanto um como outro, ao olharem o real investigado, o fazem de algum lugar, definem um método de intervenção nesse real observado e propõem um recorte neste real<sup>19</sup>. Um olhar está impregnado do outro. Um já não olha mais sem o outro e vão construindo um texto único, inseparável, misto de letras e luz.

---

<sup>19</sup> A esse respeito publiquei o artigo “Fotografia e pesquisa em diálogo sobre o olhar e a construção do objeto”, Revista Teias (Faculdade de Educação da UERJ), número4/julho/dez. 2001.